

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/11/2015 a 30/11/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

| | |
|---|----|
| Incra/PI beneficia 107 famílias com regularização fundiária no Semiárido – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/11/2015 | 4 |
| MST cobra posicionamento do Estado sobre venda de áreas a Reforma Agrária no RS – Site do MST. 09/11/2015 | 4 |
| Incra participa de comemoração de 20 anos de criação de cinco assentamentos no município cearense de Miraima – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015..... | 5 |
| Incra busca alternativas para território quilombola sobreposto a parque nacional em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015 | 6 |
| Incra avança na regularização de três territórios quilombolas no Rio Grande do Norte – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015..... | 7 |
| Manual para exterminar índios. Frei Betto – O Globo, Sociedade. 16/11/2015..... | 11 |
| Ação do Incra tem o objetivo de promover a destinação adequada de área para a reforma agrária e proteger a floresta – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/11/2015..... | 12 |
| Mais um projeto de assentamento é criado em Mato Grosso – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/11/2015..... | 13 |
| Fundo de pensão americano comprou terras irregularmente no Brasil, diz The New York Times. Simon Romero – Site do MST. 18/11/2015 | 14 |
| Território Quilombola Rio dos Macacos tem portaria de reconhecimento publicada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2015..... | 17 |
| Consciência Negra: Incra Bahia identifica Território Quilombola de Iúna – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015 | 18 |
| Incra/SC cria mais um assentamento no município de Ponte Alta – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015..... | 19 |
| Incra conclui relatório de delimitação de comunidade quilombola no Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015 | 20 |
| Comunidade quilombola no Sertão pernambucano recebe títulos definitivos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015 | 21 |
| Comunidade quilombola Cambará (RS) comemora decreto presidencial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/11/2015 | 22 |
| Comunidades quilombolas sergipanas recebem novos títulos de propriedade - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/11/2015 | 24 |
| Terra: direito de todos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/11/2015..... | 25 |

| | |
|--|----|
| Áreas serão desapropriadas para criação de dois territórios quilombolas no Ceará - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015 | 26 |
| Comunidade São Pedro é o primeiro território quilombola regularizado no Espírito Santo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015 | 27 |
| Incra conquista novo imóvel para a reforma agrária no Alto Sertão Sergipano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015 .. | 28 |
| Regularização fundiária da Fazenda Perseverança (RS) avança com vistoria ocupacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/11/2015 | 29 |
| Desenvolvimento territorial e reforma agrária é tema de palestra em fórum internacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/11/2015 | 30 |
| Portaria declara território da comunidade quilombola Arvinha (RS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015 | 31 |
| Território Quilombola de Capão das Gamelas (BA) tem portaria de reconhecimento publicada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015..... | 32 |
| Quilombo do Cafundó (SP) comemora posse de mais duas áreas de seu território – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015 .. | 33 |
| Em 10 anos, Brasil demarcou 96 mil hectares de terras quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015 | 34 |

Incra/PI beneficia 107 famílias com regularização fundiária no Semiárido – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/11/2015

A superintendência do Incra no Piauí está beneficiando 107 famílias com serviços de regularização fundiária no município de Colônia, região do semiárido. O trabalho foi executado no período de 22 de setembro a 9 de outubro deste ano, promovendo ordenamento fundiário de uma área total de 1.344 hectares.

Por meio de acordo de cooperação técnica entre Incra e o Instituto de Terras do Piauí (Interpi), a proposta é regular e georreferenciar imóveis pertencentes ao patrimônio imobiliário do estado que estão sob o regime de posse, com a respectiva de emissão do título de propriedade. “As famílias têm a posse da terra, mas não tinham o título de propriedade definitiva. Esse trabalho em Colônia do Piauí foi iniciado em 2014, regularizando um total de 410 áreas na época”, explica Rubens Vieira Cardoso, coordenador do Serviço de Regularização Fundiária do Incra no Piauí.

A ação faz parte do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, desenvolvido pelo Incra, que tem como objetivo viabilizar a atualização de dados junto aos registros imobiliários. A medida também convalida títulos provisórios emitidos e realiza o georreferenciamento de acordo com a Lei nº 10.267/2001. Após essas etapas as áreas são cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e é realizada a inserção de dados na base cartográfica do Incra/Interpi.

Acesso à políticas públicas

Para o superintendente regional do Incra/PI, Oscar Procópio, o trabalho de regularização fundiária possibilita que os agricultores familiares tenham acesso a políticas públicas, como o acesso ao crédito rural e assistência técnica, melhorando a qualidade de vida das famílias. “Isso dá segurança jurídica aos pequenos agricultores, possibilitando a permanência deles no campo como proprietários legais da terra”, disse.

Os municípios que passam por processos de regularização fundiária realizados pelo Incra e Interpi contam também com a parceria das prefeituras e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que contribuem na mobilização das comunidades para audiências públicas e na disponibilidade de espaço físico para atendimento ao público. Em Colônia do Piauí, a expectativa é que o serviço de regularização fundiária tenha continuidade até dezembro deste ano, por meio da parceria Incra e Interpi.

MST cobra posicionamento do Estado sobre venda de áreas a Reforma Agrária no RS – Site do MST. 09/11/2015

“Nossa expectativa era sair com áreas designadas para assentamento de famílias acampadas. Vamos continuar ocupando e pressionando o Estado a se posicionar”, adiantou Cedenir de Oliveira, dirigente nacional do MST.

Da Página do MST

Após cumprirem acordo firmado na semana passada para sair de fazendas ocupadas no Rio Grande do Sul, dirigentes do MST se reuniram com secretários do governo gaúcho, nesta segunda-feira (9), para tratar sobre a desapropriação de áreas, como da Companhia

Nacional de Silos e Armazém (CESA), da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA).

O deputado Edegar Pretto (PT), um dos mediadores das negociações do Movimento, explicou que foram apresentadas as áreas de interesse para fins de aquisição e Reforma Agrária.

A superintendência do Incra/RS tem interesse para comprar duas áreas da CESA em Vitória das Missões e Cruz Alta; duas áreas da CEEE em Charqueadas e Candiota; e uma área do IRGA em Palmares do Sul.

“Agora depende do Estado manifestar a vontade. Se há áreas públicas e recurso, por que não transformar em terra produtiva da Reforma Agrária?”, questionou Pretto.

A reunião ocorreu na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com presença dos presidentes da CEEE, CESA, IRGA e Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). O próximo passo é avaliar se o Estado poderia solicitar o pagamento como abatimento da dívida com a União. O processo será estudado pelo Incra.

“Nossa expectativa era sair com áreas designadas para assentamento de famílias acampadas. Vamos continuar ocupando e pressionando o Estado a se posicionar”, adiantou Cedenir de Oliveira, dirigente nacional do MST.

Ao todo, as cinco áreas de interesse do Incra no estado somam 3,2 mil hectares, o que, segundo o MST, daria para assentar cerca de 200 famílias.

Incra participa de comemoração de 20 anos de criação de cinco assentamentos no município cearense de Miraima – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015

A Superintendência Regional do Incra no Ceará participou de comemoração pelos 20 anos de fundação dos projetos de assentamento Cacimbas, Poço da Onça, Boa Vista, Aragão e Pedra Branca, localizados no município de Miraima (CE). Representou a autarquia o chefe da Divisão de Desenvolvimento, Marcos Cândido.

O evento aconteceu dia 7 de novembro, no assentamento Pedra Branca, com a participação de movimentos sociais, autoridades locais, parlamentares e aproximadamente 500 assentados. As comemorações tiveram início às 8h, quando foi servido café da manhã. Em seguida, veio a abertura formal do evento, fala dos representantes dos cinco assentamentos aniversariantes, análise de conjuntura e espaço para debates.

Na ocasião, foi lançado documentário sobre a criação e o desenvolvimento dos assentamentos comemorativo aos 20 anos de fundação. No documentário, é possível conferir uma retrospectiva dessas duas décadas dos assentamentos, em que os moradores relatam conquistas obtidas e desafios a serem vencidos.

Segundo o chefe da Divisão de Desenvolvimento do Incra/CE, Marcos Cândido, todos os assentamentos contam com estrutura hídrica capaz de atender às necessidades básicas dos assentados. Habitações feitas de alvenaria e piso em cerâmica, água encanada e energia elétrica. “Os moradores da zona rural ressaltaram a importância da criação

desses projetos de assentamentos para a região na diminuição do êxodo rural. Segundo eles, a criação dos assentamentos representa um marco para Miraima”, enfatiza Cândido.

O assentado José Carlito Teixeira conta que quando chegaram no local, não existia infraestrutura e nem casa. “Em 1997 foi que começou a construção das casas. De lá pra cá, mudou pra muito melhor. Não está melhor ainda por causa dos invernos [chuvas] que estão muito ruins nos últimos anos. Hoje temos três açudes - antes era só um açude pequeno. A comunidade se juntou e reformou esse açude e hoje ele armazena água suficiente para aguentar um ano de seca”, relembra.

Incrá busca alternativas para território quilombola sobreposto a parque nacional em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015

A sobreposição parcial do Território Quilombola São Roque, localizado nos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS), com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral foi um dos temas discutidos na programação do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (VII SAPIS) e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (II ELAPIS), realizados de 3 a 6 de novembro na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Um evento paralelo foi promovido pela Superintendência do Incra em Santa Catarina para debater o processo de regularização da comunidade. "A intenção foi construir alternativas em relação à sobreposição, que permitam a compatibilização entre os objetivos da conservação ambiental e os direitos territoriais quilombolas", explicou Marcelo Spaolonse, antropólogo do Incra/SC. Durante a mesa, Spaolonse apresentou sugestões para solucionar o impasse, como converter áreas do parque em modalidades de unidade que permitam a ocupação da comunidade ou criar áreas de preservação dentro do Território Quilombola (e fora dos parques), ampliando a área de proteção integral.

Também foi lembrada a necessidade de se efetivar o termo de compromisso que previa o uso de apenas 0,1% da área dos parques, ou seja, 41 hectares, para moradia das famílias, o que já motivou inclusive uma Ação de Execução do Ministério Público Federal (MPF).

As 28 famílias que descendem de escravos de fazendas de gado dos Campos de Cima da Serra, consideram que a ausência desse reconhecimento as coloca em situação de vulnerabilidade, impedindo-as de plantar e assegurar sua subsistência, melhorar suas condições de moradia e ter acesso a outras políticas públicas, como energia elétrica.

Coexistência pacífica

Diferentes falas defenderam a viabilidade da coexistência de uma unidade de proteção ambiental com as famílias quilombolas que habitam a localidade há mais de 180 anos. "A comunidade está em uma das áreas mais preservadas do estado, ela contribui para a política de preservação do Estado, a mesma que a exclui", apontou Marcos Farias de Almeida, antropólogo do MPF.

Vilson Silva, morador da comunidade, defendeu que se o objetivo é preservar o meio ambiente, não importa quem o faça. "Qual a diferença entre um parque preservado pelos quilombolas e um preservado pelo governo? Para a natureza não faz diferença e nós preservamos por amor", concluiu.

Para Clayton Ferreira Lino, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), "há que se pensar em uma estratégia política e num mosaico entre as unidades de conservação locais para mostrar que, ao integrar comunidade, a conservação não perde em nada, muito pelo contrário".

Cerca de trinta pessoas contribuíram para o debate, entre elas, representantes das comunidades quilombolas, do Movimento Negro Unificado, organizações não-governamentais, pesquisadores da UFSC e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e servidores do Inca, Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Nivelar entendimentos

Para discutir a sobreposição de unidades de conservação em assentamentos da reforma agrária e de comunidades quilombolas, a presidente do Inca, Maria Lúcia Falcón e o presidente do ICMBio, Cláudio Maretti, determinaram a realização de um seminário conjunto, que envolva não apenas a área técnica, mas também as Procuradorias Jurídicas de cada ente, para discutir a legislação vigente e estabelecer condições para que se reconheçam direitos, aliados à preservação dos recursos naturais. O seminário será realizado ainda neste mês de novembro.

Inca avança na regularização de três territórios quilombolas no Rio Grande do Norte – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2015

As 116 famílias que vivem nas comunidades quilombolas de Acauã, Jatobá, e Boa Vista dos Negros, comemoraram o avanço do processo de regularização de seus territórios. De segunda (9) a quarta-feira (11), o Inca/RN promoveu a assinatura de Contratos de Concessão Real de Uso (CCDRU) referentes a processos de desintrusão (retirada de ocupantes não-quilombolas), a imissão de posse de imóveis em nome do Instituto e a entrega de títulos registrados.

Na quarta-feira (11), o Inca foi imitado na posse de dois imóveis que compõem a área quilombola Boa Vista dos Negros, em Parelhas, no Território da Cidadania do Seridó, antes pertencentes a não-quilombolas. Juntos, os imóveis têm cerca de 210 hectares. O ato contou com a presença de crianças, adultos e idosos da comunidade e foi acompanhado pelo superintendente do Instituto no Rio Grande do Norte, Vinícius Ferreira Araújo, pela equipe técnica do Serviço Quilombola do Inca/RN, pela assessora da Procuradoria Federal Especializada, Valéria Poirão da Costa, e ainda pela Oficiala da 9ª Vara Federal de Caicó, Constância Maria Bezerra Costa Uchôa.

De acordo o antropólogo André Garcia Braga, do Serviço Quilombola do Inca/RN, as próximas etapas para a regularização do território da comunidade Boa Vista dos Negros, onde vivem 36 famílias, são: a emissão de CCDRUs referentes a estes imóveis

desapropriados e a continuidade dos processos desapropriatórios dos imóveis que compõem o restante do território, visando sua titulação.

Já na terça-feira (10) ocorreu a assinatura do título referente ao último imóvel do território quilombola reivindicado pelas 33 famílias do Quilombo de Jatobá, em Patu, no Território da Cidadania do Alto Oeste Potiguar. O imóvel, com área aproximada de 86 hectares, ainda pertencia a não-quilombolas. Participaram da solenidade o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, Isabelle Alline Lopes Picelli, o superintendente do Incra/RN, Vinícius Ferreira de Araújo, e a equipe técnica do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional.

Na ocasião, também foram entregues sete títulos registrados referentes aos outros sete imóveis que compõem o território e somam cerca de 131 hectares, e ainda 30 DAPs para as famílias quilombolas.

Segundo o antropólogo André Garcia Braga, do Serviço Quilombola do Incra/RN, com este ato, o processo de titulação do Território Quilombola de Jatobá praticamente chega à sua conclusão, pois 100% do território de aproximadamente 219 hectares encontra-se desintrusado, demarcado e sob propriedade da Associação dos Quilombolas de Jatobá, restando apenas a união das matrículas dos oito títulos em uma só.

Na segunda-feira (9), no Quilombo de Acauã, foram assinados CCDRUs referentes a quatro imóveis que pertenciam a não-quilombolas e foram desapropriados. Os imóveis somam aproximadamente 289 hectares e compõem o território reivindicado pelas 47 famílias da comunidade, localizada em Poço Branco, no Território da Cidadania do Mato Grande. A solenidade foi realizada na própria comunidade e também contou com a presença de Torsiano, de Isabelle, de Araújo e da equipe técnica do Serviço Quilombola do Incra/RN.

Segundo o antropólogo, Braga, as próximas etapas do processo de regularização do território da comunidade Quilombo de Acauã são: a proferição das sentenças dos processos desapropriatórios que foram contestados judicialmente e a emissão dos títulos de propriedade em nome da associação quilombola. Com a regularização do território, serão implementadas ações visando à autonomia da comunidade, como a emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) para quilombolas e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Boa Vista dos Negros

A ocupação da área em que está o Quilombo de Boa Vista dos Negros iniciou em meados do século XVIII, quando portugueses e seus escravos saíram da Paraíba para assumirem as sesmarias. O terreno, doado pela coroa portuguesa, deu origem às primeiras fazendas de cria de gado – principal atividade econômica do semiárido do Rio Grande do Norte no período colonial.

De acordo com o Relatório Antropológico constante no processo, uma destas fazendas, cujo nome era Boa Vista, foi dividida em três sítios: Boa Vista dos Negros, dos Luciano e dos Barros.

A origem de Boa Vista dos Negros, segundo o relatório, foi a doação de uma porção de terras, por um poderoso fazendeiro branco, para uma retirante negra chamada Tereza, que chegou grávida à fazenda, onde virou criada. Seus descendentes transmitiram por herança a terra doada, formando um grupo estável e autônomo economicamente, além de uma grande rede de solidariedade reforçada por casamentos endogâmicos e pelo parentesco.

A comunidade teria chegado ao seu auge em meados do século XIX, quando Theodozio Fernandes da Cruz comprou, junto com outras áreas, a fazenda Boa Vista através de transações financeiras dentro do próprio grupo e a registra em cartório. Com boa situação econômica, ele construiu uma casa de tijolos – algo raro para a época –, prosperidade que atraiu outros negros, livres e fugidos, levando Boa Vista a comportar 500 pessoas na época. O título e a propriedade até hoje se encontram em poder dos herdeiros de Theodozio.

Ainda segundo o relatório antropológico, a prosperidade declina no fim do século XIX, com a grande seca de 1877, que fez muitas pessoas de Boa Vista migrarem por uma vida melhor. Em situação de penúria, as famílias realizaram negócios imobiliários desfavoráveis, e terras e até filhos teriam sido trocados por sacos de farinha ou cachimbos de fumo.

No relatório consta ainda que, com o início do século XX, as terras que ainda não tinham sido negociadas começam a ser invadidas, sobretudo na década de 1950, principalmente pelos antepassados dos atuais ocupantes não-quilombolas do território identificado. Os expropriadores detinham poder político e econômico na região e se utilizavam, conforme o estudo, do aparato estatal para que seu ponto de vista sobre as terras prevalecesse. Terras invadidas teriam sido vendidas a terceiros como se adquiridas de forma legal.

Quilombo de Jatobá

De acordo com o Relatório Antropológico que integra o RTID do Quilombo Jatobá, seus moradores são descendentes de Manoel e Raymunda, escravos de Joaquim Teixeira Dantas, proprietário de terras no Patu de Fora, em Patu (RN). Manoel era filho da escrava Vicência e Raymunda, índia, que foi “pega a dente de cachorro e a casco de cavalo”.

Com a liberdade adquirida pela família escrava e o casamento de alguns de seus filhos, o núcleo familiar do escravo Manoel teria começado a se separar. Continuaram na região, embora em sítios diferentes, mas mantendo relações como antigos proprietários, provavelmente como agregados (morador com direito a roçado e com a obrigação de prestar serviços como trabalhador ou capanga). Os negros continuavam presos ao proprietário, após a libertação, no final do século XIX e início do século XX. Alguns dos seus filhos encontram residências próximas, reforçando os laços de consanguinidade e parentesco. Os descendentes de Raymunda ficaram conhecidos como “negros da Atenas”, e a comunidade posteriormente conhecida como Jatobá.

O processo de regularização do território quilombola de Jatobá foi aberto no Incra em novembro de 2004 e os trabalhos de campo tiveram início no mesmo ano, com o

levantamento topográfico prévio. Em abril de 2005, foi iniciada a pesquisa cartorial dos imóveis incidentes no território ocupado pela comunidade.

O Relatório Antropológico que integra o RTID da comunidade Jatobá foi elaborado através de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pelo professor Luiz Carvalho de Assunção. Entregue em dezembro de 2006, estabeleceu um território de cerca de 219 hectares e revelou que a área sob domínio da comunidade de Jatobá é menor do que a original. Trechos do imóvel foram vendidos ao longo do tempo, e o relatório sugere recuperar a sua totalidade diante da perspectiva de crescimento populacional da comunidade.

Quilombo de Acauã

Em 2013, Acauã foi a segunda comunidade quilombola do Rio Grande do Norte a ter os imóveis que integram o território reivindicado por seus moradores sob posse do Incra para regularização coletiva das terras. A primeira foi Jatobá, no final de 2012.

A comunidade de Acauã, com cerca de 540 hectares, se definiu como comunidade remanescente de quilombo em 2004, ano em que o Incra abriu processo com fins de demarcação e titulação das terras ocupadas por seus moradores. Ainda dentro do processo, foi elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento composto pelo relatório antropológico, cadastro das famílias quilombolas, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território.

Em 2008, o Incra publicou portaria de reconhecimento do território quilombola, mesmo ano em que a Presidência da República decretou a desapropriação da área por interesse público e para fins sociais de reforma agrária. Também foi feita a avaliação do imóvel.

De acordo com o Relatório Antropológico do RTID do Quilombo de Acauã, a maior parte das famílias da comunidade foi atingida pela construção da barragem de Poço Branco, do fim da década de 1950 a 1969. A antiga cidade de Poço Branco foi inundada bem como povoados e comunidades ribeirinhas, como a antiga Acauã. As famílias foram removidas e criaram novos povoados, como a atual sede municipal e a atual Acauã. Através de negociação com o prefeito e com os diretores da obra da barragem, as famílias suas famílias conseguiram uma área de cerca de quatro hectares onde vivem hoje 16 destas – parte das que anteriormente viviam na antiga Acauã ou Cunhã velha.

Segundo a história oral registrada no Relatório Antropológico, a área foi descoberta pelo escravo fugido José Acauã. As versões da origem de Acauã envolvem a chegada dos antepassados das atuais famílias da comunidade e reportam-se às três irmãs Santana que casaram com José Gomes e Sebastião Rodrigues, iniciando uma intrincada rede de relações de parentesco e de aliança.

As famílias viviam da agricultura em terras livres, consideradas como terras “desimpedidas”, portanto “terras do Estado” nas duas margens do Rio Ceará-Mirim. O processo de concentração fundiária implicou no crescimento das “terras aforadas” (registradas em cartório), e na redução das áreas e terras livres que não eram cercadas. Com a inauguração da barragem, as famílias de Acauã retiraram-se dos locais onde viviam e plantavam e passaram a arrendar terra para a manutenção da autonomia

econômica doméstica. O trabalho no corte de cana-de-açúcar virou uma estratégia, mas o ofício como diarista era bastante comum.

Ainda segundo o Relatório Antropológico de Acauã, a precariedade social e econômica persistiu desde a remoção das famílias. Das 16 famílias originárias da antiga Acauã, algumas saíram. Outras continuam através do fortalecimento das relações de parentela pelo casamento. A ideia de que todos são parentes é comum, de acordo com o estudo, o que evidencia um sentido de identidade.

Processo de regularização quilombola

No Rio Grande do Norte existem cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com estudo da Fundação Cultural Palmares (FCP). Destas, 21 se reconheceram como tal. Atualmente 19 comunidades encontram-se com ação em tramitação no Incra/RN com processo de reconhecimento, demarcação e regularização de áreas quilombolas.

Além de Acauã, Jatobá e Boa Vista dos Negros, outras seis comunidades quilombolas estão com os processos de regularização de seus territórios em estágios avançados: Capoeiras (em Macaíba), Aroeiras (Pedro Avelino), Nova Descoberta (Ielmo Marinho), Pavilhão e Sítio Grossos (Bom Jesus) e Macambira (Lagoa Nova).

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades devem encaminhar uma declaração se identificando como quilombolas à Fundação Cultural Palmares – que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento – e encaminhar ao Incra uma solicitação de abertura do processo de regularização.

Manual para exterminar índios. Frei Betto – O Globo, Sociedade. 16/11/2015

Método atual é o descaso do poder público, também conhecido popularmente como vista grossa

Há muitos modos de acabar com os índios, como querem aqueles que os consideram inúteis, atrasados, e acreditam que suas grandes extensões de terra seriam mais lucrativas em mãos do agronegócio, de mineradoras ou madeireiras.

Um modo eficaz é divulgar, como se fez no passado, que são desprovidos de alma e, na escala evolutiva, se situam a meio caminho entre o símio e o humano. A Igreja utilizou com sucesso esse método ao colonizar o que hoje se conhece como continente americano.

Ninguém é preso por atropelar um cachorro, e há quem insista que o seu animal de estimação “também é gente”. A ideia de que índio não possui alma nem racionalidade facilita enormemente o seu extermínio, com a vantagem de não se guardar sentimento de culpa.

Outro modo, sobejamente usado pelos colonizadores espanhóis, é esquartejá-los por mordidas de cães. Os cães são adestrados a temerem as roupas. Ao verem um corpo nu, sem movimento e cores de tecidos, atacam ferozmente e, nesse caso, devem ser recompensados com as mais saborosas porções dos corpos indígenas.

Os heroicos bandeirantes do Brasil, que dão nomes a rodovias e logradouros, e merecem monumentos em nossas cidades, costumavam exterminá-los com métodos de fácil aplicação: submetê-los à escravidão, ainda que considerados inaptos para o trabalho imposto pelos caras-pálidas; cercá-los impedindo-os de ter acesso a alimentos e às fontes de água; instigar a inimizade entre aldeias, de modo que uma guerreasse contra a outra.

Hoje em dia existem modos mais modernos e igualmente eficazes, como reduzir drasticamente os recursos da Funai, sem inclusive prejudicar a sigla, que passaria a ser conhecida como Funerária Nacional dos Índios.

Boa receita é urbanizá-los, de forma que, na cidade, sintam vergonha da nudez e aprendam que, graças ao mercado, produtos necessários à sobrevivência têm valor de troca, jamais de uso.

Outro modo hodierno é construir gigantescas barragens, corrompendo-os pelo álcool e prostituindo suas mulheres, além da vantagem de inundar suas terras sob um mar de água doce.

Método atual é o descaso do poder público, também conhecido popularmente como vista grossa. Deixar que empreendedores, como fazendeiros, madeireiros e mineradores, invadam suas extensas terras, tornando-as economicamente produtivas.

Enfim, um novo modo de exterminar índios, ora em debate, e que promete excelente resultado, é retirar das mãos do Poder Executivo a demarcação de suas terras e passá-la ao Poder Legislativo que, com muita habilidade, tem feito retroceder os chamados direitos humanos.

Quem sabe seja oportuno preservar dois ou três casais de indígenas para, em jaulas, exibi-los ao público no “Playlarmento” a ser construído como anexo do Congresso Nacional, ao custo inicial de R\$ 400 milhões – valor a ser regiamente multiplicado ao longo da obra, para a boa saúde do bolso de nobres representantes do povo e de seus financiadores de campanhas.

Frei Betto é escritor, autor do romance “Minas do Ouro” (Rocco), entre outros livros.

Ação do Incra tem o objetivo de promover a destinação adequada de área para a reforma agrária e proteger a floresta – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/11/2015

A Justiça Federal de Santarém (PA) determinou, em decisão liminar, a imediata reintegração de posse ao Incra em área do assentamento Moju I e II, localizado no município de Mojuí dos Campos (PA). A decisão, assinada pelo juiz Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, é do dia 12 de novembro de 2015.

O réu, Joilson Sousa, foi notificado nesta segunda-feira (16) pelo oficial da Justiça, que estava acompanhado por força policial e servidores do Incra. O réu tem 72 horas para desocupar voluntariamente o imóvel, cuja área é estimada em 100 hectares.

A decisão da Justiça Federal é motivada por ação de reintegração de posse ajuizada, no dia 6 de novembro de 2015, pela Procuradoria Federal Especializada (PFE) do Incra em Santarém.

A autarquia constituiu uma comissão para vistoriar e notificar possíveis ocupantes irregulares no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Igarapé do Anta, situado no município de Mojuí dos Campos. Durante o trabalho dessa equipe, o Incra identificou que o réu adquiriu irregularmente uma área dentro do Moju I e II, utilizada como ponto de apoio para a extração ilegal de madeira do PDS Igarapé do Anta. Os dois assentamentos são limítrofes.

“O réu costuma extrair as árvores durante o dia e embarcá-las em caminhões para o transporte à noite, a fim de burlar a fiscalização”, relata a ação de reintegração de posse ajuizada pelo Incra.

O réu se recusou a assinar o formulário de vistoria do Incra com informações por ele prestadas, assim como a receber e assinar as notificações da autarquia para desocupar o imóvel no PA Moju I e II e cessar a retirada ilegal de madeira dentro do PDS Igarapé do Anta. Joilson Sousa também se omitiu da defesa quando o processo se encontrava na esfera administrativa.

Em razão da resistência do ocupante irregular, o Incra ajuizou a ação de reintegração de posse.

Medidas contra danos ambientais

Após o ingresso da ação de reintegração de posse, o Incra em Santarém (PA) encaminhou, no dia 9 de novembro de 2015, ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cópia de processo para conhecimento e tomada de medidas cabíveis em virtude dos danos ambientais praticados por Joilson Sousa dentro do PDS Igarapé do Anta.

Mais um projeto de assentamento é criado em Mato Grosso – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/11/2015

A Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (Incra/MT) criou o projeto de assentamento Santa Aurélia, no município de Indiavaí. O Instituto declarou a área de interesse social para fins de reforma agrária. A publicação saiu hoje, 17, no Diário Oficial da União (DOU).

O imóvel está na faixa de fronteira com a Bolívia, e é resultado de uma Ação de Nulidade de Título que foi proposta pela Advocacia Geral da União (AGU). Com 2.161 hectares, a área tem capacidade para assentar 85 famílias de trabalhadores rurais.

O Incra agora deve providenciar a inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e selecionar as famílias que serão beneficiárias do Programa Nacional de

Reforma Agrária (PNRA). Com isso, elas poderão receber os créditos disponibilizados pelo Incra e ter acesso a outros programas, como o Minha Casa Minha Vida Rural.

Este é o segundo projeto de assentamento criado em Mato Grosso em 2015. O outro é o Rio Verde, situado em Nova Mutum, com capacidade para assentar 15 famílias. Apenas este ano foram assentadas mais de 2,5 mil em todo o estado. A superintendência do Incra/MT atende a mais de 82 mil famílias em 548 assentamentos.

Fundo de pensão americano comprou terras irregularmente no Brasil, diz The New York Times. Simon Romero – Site do MST. 18/11/2015

Gigante financeira norte-americana e parceiros brasileiros “despejaram centenas de milhões de dólares em aquisição de terras aráveis no Cerrado

Do The New York Times

Gigante norte-americana do investimento que administra as contas de aposentadoria de milhões de funcionários de universidades, professores de escolas públicas e outros trabalhadores, a TIAA-Cref se orgulha de promover valores socialmente responsáveis, e celebra sua participação no processo de redação dos princípios das Nações Unidas para compra de terras agrícolas, com o objetivo de promover a transparência, sustentabilidade ambiental e respeito pelo direito à terra.

Mas documentos demonstram que as incursões da TIAA-Cref à fronteira agrícola brasileira podem ter avançado na direção oposta.

A gigante financeira norte-americana e seus parceiros brasileiros despejaram centenas de milhões de dólares em aquisição de terras aráveis no cerrado, uma imensa região à beira da floresta amazônica na qual vem acontecendo desmatamento em larga escala para expansão da agricultura, o que alimenta preocupações ambientais.

Em uma complicadíssima empreitada, o grupo financeiro norte-americano e seus parceiros acumularam vastas propriedades agrícolas novas, a despeito da decisão do governo brasileiro, em 2010, de proibir participação estrangeira em transações dessa escala.

Embora a ação governamental tenha bloqueado as ambições de outros investidores estrangeiros, a TIAA-Cref levou adiante suas intenções em uma parte do Brasil onde grassam os conflitos de terras, o que expõe a empresa e seus parceiros a acusações de que adquiriram terras de um especulador de credenciais suspeitas, acusado de empregar pistoleiros para roubar terras de agricultores pobres.

Os documentos possibilitam vislumbrar como um dos maiores grupos financeiros dos Estados Unidos participou daquilo que muita gente nos países em desenvolvimento define como apropriação indevida de terras.

Respondendo à disparada no interesse internacional por terras no país, o ministro da Justiça brasileiro em 2010 limitou significativamente a participação de estrangeiros em aquisições de terras agrícolas em larga escala.

Investidores ocasionalmente encaram esse tipo de transação como maneira de diversificar suas carteiras. Mas alguns funcionários de governos e ativistas afirmam que elas resultam na expulsão de agricultores pobres, na transferência do controle de recursos vitais de produção de alimentos a uma elite mundial, e na destruição de tradições agrícolas em troca de plantações em escala industrial que produzem comida para exportação.

"Já tinha ouvido falar de fundos estrangeiros tentando contornar a legislação brasileira, mas algo nessa escala é espantoso", disse Gerson Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária e assessor de congressistas brasileiros, se referindo aos documentos sobre as aquisições de terras aráveis brasileiras pela TIAA-Cref.

Algumas das constatações são parte de um novo relatório por pesquisadores da Rede Social pela Justiça e Direitos Humanos, uma organização brasileira, e da Grain, uma organização sediada na Espanha que acompanha as aquisições mundiais de terras.

Joint Venture com a Cosan

As revelações sobre a TIAA-Cref demonstram que suas terras aráveis no Brasil chegaram aos 256.324 hectares em 2015, ante 104.359 em 2012, mais ou menos o momento em que a empresa começou a expandir suas transações, conduzidas por meio de uma joint venture com a Cosan, gigante brasileira do açúcar e biocombustíveis.

Stewart Lewack, porta-voz da TIAA-Cref, concordou em revisar diversos aspectos da complexa estruturação dessas transações, mas se recusou a discutir as aquisições de terras aráveis de forma direta. Ele intermediou outros contatos com executivos da Cosan, controlada por Rubens Ometto, bilionário cuja família opera no setor do açúcar desde os anos 30.

"A Cosan tem 70 anos de história na administração de terras agrícolas no Brasil, e tem compromisso para com elevados padrões de responsabilidade no investimento por meio das entidades que controla", afirmou uma porta-voz da Cosan em declaração.

As duas empresas começaram a adquirir terras aráveis no Brasil em 2008, depois de formar uma joint venture chamada Radar Propriedades Agrícolas, com 81% de participação de uma subsidiária da TIAA-Cref e 19% da Cosan. Embora a Cosan informe às autoridades brasileiras que controla a joint venture por meio de seu assento no conselho da empresa, a TIAA-Cref lista a Radar como uma das "afiliadas nas quais temos participação majoritária".

Então surgiram as medidas brasileiras de repressão a aquisições de terras aráveis por estrangeiros, em 2010, um período de crescente nacionalismo quanto aos recursos naturais do país, exemplificado pelos esforços de impor maior controle ao setor de energia.

Na agricultura, as mudanças envolviam limitar a 5.000 hectares as vendas de terras a estrangeiros, a proibição a que eles controlassem mais de 25% das terras de qualquer município e a imposição de limites às operações de subsidiárias brasileiras de empresas estrangeiras.

"As medidas impuseram um freio ao investimento estrangeiro em terras brasileiras", diz Kory Melby, norte-americano que oferece consultoria a investidores em agricultura no Brasil.

Mas em lugar de reduzir a escala de suas operações, a TIAA-Cref intensificou as aquisições de terras agrícolas brasileiras, se concentrando especialmente na fronteira agrícola dos Estados nordestinos do Maranhão e Piauí. Em 2012, a empresa criou um fundo mundial cujo foco era a compra de terras agrícolas no Brasil, Austrália e Estados Unidos, atraindo investimentos de fundos de pensão suecos e canadenses.

José Minaya, executivo da TIAA-Cref que responde pelos investimentos do grupo em terras agrícolas, defende esse tipo de transação, afirmando que elas são uma maneira de adquirir "um recurso finito" em um momento de crescente demanda mundial por alimentos.

"O Brasil nos oferece diversificação em termos de safras e climas", disse Minaya a investidores em um vídeo sobre aquisição de terras agrícolas no maior país da América Latina.

Por conta da limitação ao investimento estrangeiro imposta em 2010, a TIAA-Cref e seus parceiros brasileiros criaram uma joint venture financeira para adquirir terras agrícolas. O grupo norte-americano detém 49% e a Cosan tem 51% de participação na empresa, de acordo com documentação apresentada às autoridades regulatórias brasileiras.

Embora o novo empreendimento no papel pareça ser uma empresa separada, na prática é difícil distingui-lo da parceria precedente.

As duas compartilham de muitos dos mesmos funcionários e executivos de primeiro escalão, e funcionam em escritórios na avenida Juscelino Kubitschek, em São Paulo, de acordo com pessoas conhecedoras das operações.

Além disso, o financiamento para as aquisições de terras agrícolas provém primariamente de subsidiárias da TIAA-Cref, em uma espécie de empréstimo que pode ser convertido em ações, de acordo com a documentação apresentada às autoridades regulatórias.

Os pesquisadores da Grain argumentam que essa estrutura empresarial torna possível à TIAA-Cref ocultar o controle que ela exerce sobre as terras agrícolas adquiridas.

"Eles podem dizer o que quiserem sobre o controle, mas a questão é que" essas estruturas "foram criadas apenas com o propósito de canalizar fundos da TIAA-Cref para terras agrícolas no Brasil", disse Devlin Kuyek, pesquisador sênior da Grain.

Em declaração, a Cosan contesta essa posição. "Em todas as suas aquisições", a joint venture "segue rigorosamente a legislação em vigor", a companhia afirmou.

Os ativistas não acusam a TIAA-Cref e a Cosan de promoverem diretamente o desmatamento do cerrado. Em lugar disso, afirmam que as empresas adquiriram terras que já haviam sido desmatadas e obtidas por especuladores que podem ter usado táticas impiedosas.

Relações com grileiro

O relatório da Grain registra como a TIAA-Cref e a Cosan parecem ter adquirido diversas fazendas controladas por Euclides de Carli, uma figura nebulosa do mundo dos negócios descrito por legisladores, estudiosos, e agricultores espoliados brasileiros como um dos mais poderosos "grileiros" dos Estados do Maranhão e Piauí.

Os grileiros são conhecidos por suas táticas de prestidigitação burocrática, entre as quais a falsificação de títulos de propriedade rural guardados em latões cheios de insetos, o que os faz parecer antigos e explica o apelido.

Alguns grileiros também forçam agricultores a abandonar suas terras de diversas maneiras, o que inclui intimidar os ativistas que lutam pelo direito à terra e até assassinar agricultores pobres.

No caso de Carli, estudiosos brasileiros já descreveram como ele forçou dezenas de famílias a abandonar suas terras, usando táticas como a destruição de safras ou a queima da casa de um líder comunitário. Um proeminente legislador maranhense também acusou Carli de orquestrar o assassinato de um trabalhador rural por conta de uma disputa de terras.

Carli, que já foi alvo de investigações oficiais por suas compras de terras, não respondeu a pedidos de comentário. Em comunicado, a Cosan reconheceu que sua joint venture havia adquirido terras controladas por Carli, mas insistiu em que uma revisão abrangente em nível municipal, estadual e federal não havia identificado "qualquer processo criminal em nome do Sr. Euclides de Carli".

"A avaliação conduzida", afirmou a Cosan, "precisa observar documentos oficiais e informações que baseiem a segurança da aquisição".

Mas promotores públicos que conhecem a atuação de Carli ainda assim expressaram surpresa por investidores proeminentes realizarem esse tipo de transação quando uma simples busca na Internet revela uma longa lista de acusações de apropriação indébita de terras contra Carli.

"Euclides de Carli é um dos principais grileiros da fronteira agrícola brasileira", disse Lindonjonson Gonçalves de Sousa, promotor público que investigou as transações de terras de Carli.

"Não deveria ser segredo para pessoa alguma que ele tem presença proeminente nos conflitos de terra na região".

Território Quilombola Rio dos Macacos tem portaria de reconhecimento publicada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2015

O Território Quilombola Rio dos Macacos, situado em Simões Filho, na região Metropolitana de Salvador, teve portaria de reconhecimento do Incra publicada, nesta quarta-feira (18), no Diário Oficial da União (DOU).

A publicação faz parte do cumprimento de mais uma etapa para a regularização fundiária do território onde vivem 67 famílias remanescentes de quilombos. A área reconhecida, de 104 hectares, será aquela destinada à regularização fundiária, que estabelece a emissão de título coletivo em nome da comunidade.

A delimitação é fruto de amplo diálogo liderado pelo Governo Federal, iniciado em 2012 sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação de representantes da comunidade quilombola de Rio dos Macacos, dos ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Agrário, Marinha do Brasil, da Advocacia-Geral da União (AGU), do Conselho de Defesa Nacional, Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Incra, Fundação Cultural Palmares e governo da Bahia.

Consciência Negra: Incra Bahia identifica Território Quilombola de Iúna– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015

No Dia Nacional da Consciência Negra, nesse 20 de Novembro, o Território Quilombola de Iúna tem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no Diário Oficial da União (DOU) pelo Incra/BA.

A comunidade de Iúna, formada por 39 famílias remanescentes de quilombo, está localizada numa área de 1,4 mil hectares, a 18 quilômetros da cidade de Lençóis, no Território de Identidade da Chapada Diamantina.

No relatório, os remanescentes de quilombo narram a história de chegada ao local por sistema de moradia, trazem a mística religião do Jarê, os espíritos das florestas da Chapada e os contos sobre os encantados.

Esse é o vigésimo sétimo relatório técnico publicado no estado, sendo o sétimo em 2015. O relatório é a peça mais complexa para a regularização fundiária de um território quilombola, formado por um conjunto de documentos que aborda a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica.

Formação

Iúna fica num marimbus, uma área pantanosa, alagada, semelhante ao pantanal com biodiversidade, fauna e flora específica. As famílias chegaram ao local na seca que assolou o Nordeste em 1932, fugindo de outros quilombos.

“A maioria é oriunda da comunidade de Remanso, muito conhecida em Lençóis”, pontua o analista em reforma e desenvolvimento agrário, Itamar Vieira, integrante da equipe que elaborou o relatório.

“Na época, as famílias foram recebidas nas terras num método denominado ‘sistema de morada’, muito comum no nordeste, que substituiu o sistema escravagista”, explica o analista.

Nesse tipo de sistema, concede-se espaço de moradia para a família, com direito de pequenas roças e, como contrapartida, os novos moradores dão sua força de trabalho não remunerada ao dono da terra.

Assim, os remanescentes de quilombos, ao longo dos anos, foram estabelecendo laços de parentesco e vizinhança e formando a comunidade de Iúna.

Encantados

As famílias de Iúna cultuam uma religião própria da Chapada Diamantina, o Jarê, baseada na cura, e já teve um curador, Rosalvo, um quilombola muito conhecido.

Segundo Vieira, o Jarê é uma mistura do catolicismo, candomblé e xamanismo nativo, baseado na crença dos espíritos da Chapada.

“Antigamente, pessoas vinham até de outros estados, acampavam em Iúna em busca da cura, por meio dos conhecimentos das ervas e das incorporações, ou seja, os “encantados” que o senhor Rosalvo recebia”, explica Vieira.

Uma nova linha de ligação mística passou a existir na comunidade, além da de sangue, devido aos encantados. Foram os filhos e netos de pegação.

“Os recém-nascidos eram chamados filhos de pegação, o que os davam outro grau de parentesco, uma ligação mística”, conta Vieira. É que Dona Jovita, a parteira tinha o encantado "Véio Nagô".

Produtividade

Banhada pelos rios Iúna e Utinga que se encontram e formam os marimbus, as famílias remanescentes de quilombos plantam, nos períodos de vazante, banana, mandioca, feijão, abóbora e quiabo.

Além disso, elas praticam o extrativismo de dendê, palha de buriti e do buriti que são abundantes na região. E ainda pescam para o próprio consumo.

Incra/SC cria mais um assentamento no município de Ponte Alta – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015

A superintendência do Incra em Santa Catarina acaba de aprovar a destinação de mais um imóvel rural para a o assentamento de famílias agricultoras no estado. O novo assentamento está situado no município de Ponte Alta (SC) e possui uma área de 119,06 hectares. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (20) e beneficia sete famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Conhecida como Fazenda Cabaçais, a área foi desapropriada da empresa Marombas Indústria e Comércio de Madeiras e passará a ser denominada Projeto de Assentamento Antônio Ferreira de Souza – Toninho, agricultor assentado no município de Curitibaanos, que faleceu há pouco mais de um ano, e que era reconhecido como importante liderança, admirado por trabalhadores rurais acampados e assentados na região. A fazenda foi desapropriada pelo descumprimento de sua função social, sendo diagnosticada como improdutiva no laudo de fiscalização agrônômica elaborado por técnicos do Incra.

Apesar de possuir uma área considerada pequena para a criação de um projeto de reforma agrária, o imóvel faz divisa com o assentamento Anita Garibaldi, onde residem e trabalham 45 famílias, em área de 520 hectares. Nessa área as famílias se especializaram na produção de leite e hortifrutigranjeiros, especialmente da moranga,

um tipo de abóbora muito comum no sul do País. Elas também integram a Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre (Coopertel), da qual Toninho era um de seus diretores.

O Incra/SC agora deverá selecionar as famílias a serem beneficiadas com o assentamento. A partir de então, serão assistidas pelo Núcleo Operacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de Ponte Alta, que deverá orientá-las na aplicação dos créditos que farão jus ao serem assentadas. O estudo acerca da capacidade de geração de renda das famílias do novo assentamento, elaborado durante o processo de desapropriação da área, indicou a viabilidade econômica e social para as famílias, se mantiverem as mesmas características de produção de seus vizinhos assentados.

Incra conclui relatório de delimitação de comunidade quilombola no Pará– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concluiu o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade remanescente de quilombo Peruana, localizada no município de Óbidos (PA). Como resultado do estudo, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem (19), o território da comunidade fica definido com 1.945 hectares, em benefício de 16 famílias quilombolas cadastradas pelo Incra.

O território foi delimitado considerando a ocupação historicamente materializada pelas famílias remanescentes de quilombos e as condições para sua reprodução física, social, econômica e cultural.

A comunidade Peruana foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em 2007. O instrumento autodeclaratório antecede a abertura de processo de regularização fundiária quilombola no Incra.

RTID

O RTID é um relatório técnico produzido por equipe multidisciplinar do Incra. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O documento aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O documento é publicado por duas vezes nos Diários Oficiais da União e do Estado para tornar público o processo e assegurar a manifestação dos interessados.

Próximas etapas do processo

Com a publicação do RTID, os proprietários de imóveis rurais inseridos no perímetro delimitado do território serão notificados para apresentação de manifestações, que serão analisadas e julgadas pelo Incra. Se necessário, a área delimitada poderá ser ajustada em mesa de negociação com a participação dos interessados. Concluída a fase de manifestações e julgamentos, a presidência do Instituto publica portaria de reconhecimento com a demilitação final do território. Em seguida, compete à Presidência da República a assinatura de decreto declarando a área como de interesse

social para fins de regularização quilombola. A última etapa do processo é a titulação do imóvel.

Conheça, detalhadamente, todas as etapas do processo de regularização quilombola em <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

A comunidade

Peruana está localizada a sudeste do município de Óbidos, na Gleba Mamiá. Fica a 60 quilômetros da sede do município; o acesso é terrestre pelas rodovias estaduais 254 e 429.

Comunidade quilombola no Sertão pernambucano recebe títulos definitivos– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/11/2015

A comunidade de Conceição das Crioulas, no Sertão pernambucano, está em festa pela entrega dos títulos definitivos de mais dois imóveis rurais que compõem o território quilombola. Os títulos foram entregues pela presidenta Dilma Rousseff em cerimônia nesta quinta-feira (19), no Palácio do Planalto, em Brasília. Os documentos expedidos em benefício da comunidade pernambucana referem-se a duas fazendas com área total de 847 hectares. Os imóveis titulados para a comunidade juntam-se a outras seis propriedades já destinadas às famílias, que formam os 16.865 hectares do território.

A regularização deste território iniciou em 2000 com a primeira titulação de áreas pela Fundação Cultural Palmares. A partir de 2003 a competência passou a ser do Incra que realizou a titulação parcial da comunidade, iniciando a identificação da malha fundiária, avaliação dos imóveis e desapropriação mediante indenização.

“É um passo significativo de reconhecimento da nossa cultura”, disse João Alfredo de Souza, quilombola da comunidade Conceição das Crioulas, que enfatiza que o ato era reivindicado por todos da comunidade. “Colocamos a nossa cara na rua para dizer que este Brasil é de um povo que constrói. Povo marcado por consciência, por luta, por resistência dos quilombolas. É o reconhecimento daqueles que ao longo destes mais de 500 anos lutam pela não discriminação racial.”

Para antropólogo do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da superintendência do Incra no Médio São Francisco, Bruno Monteiro, que esteve no evento “a entrega de títulos parciais é expressão da complexidade envolvida no processo de desapropriação dos imóveis inseridos em um território quilombola. A medida que cada ação de desapropriação avança, a autarquia expede esses títulos, que são importantes no processo de regularização fundiária, pois além de garantir o direito coletivo sobre importantes frações de terra, motivam a comunidade em sua luta. Nós, servidores engajados nesse trabalho, também somos estimulados com tais resultados concretos”. E explica “esses títulos são parciais por corresponder a parte do território, visto que o objetivo é um título único compreendendo a área da comunidade ao final de toda a regularização”.

História

O território de Conceição das Crioulas tem 750 famílias, aproximadamente quatro mil pessoas, que residem no local há mais de um século, vivendo da agricultura, pesca, apicultura, pecuária e artesanato. Semelhante à história de outras populações remanescentes de quilombo, Conceição foi formada a partir de ex-escravos refugiados do trabalho na exploração da cana de açúcar na região da Zona da Mata.

De acordo com os moradores, a origem da comunidade remonta ao início do século XIX, com a chegada de seis crioulas à região. Guiadas por Francisco José de Sá, um escravo fugitivo, chegaram à localidade e fixaram moradia. A região já era habitada pelos índios Atikum, com quem essas mulheres e seus descendentes passaram a conviver em harmonia.

As seis mulheres arrendaram uma área de terra de três léguas em quadra que aos poucos foram comprando graças ao trabalho de produção e fiação do algodão. Parte da área adquirida foi doada para a construção de uma capela, onde colocaram a imagem de Nossa Senhora da Conceição que Francisco José de Sá havia trazido na viagem. Em homenagem à santa, a comunidade passou a se chamar Conceição das Crioulas.

Regularização

Desde 2003, com a publicação do Decreto Presidencial nº 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, o Incra é o órgão competente para lidar com a questão.

O relatório antropológico é a primeira etapa do processo de regularização dos territórios de comunidades quilombolas. Junto a outros documentos, ele formará o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Se o território quilombola incidir sobre imóvel ou imóveis com título de domínio particular, a obtenção se dá mediante desapropriação por interesse social, com pagamento de indenização em dinheiro. Somente após a realização de todas as providências indicadas pela legislação, incluindo a consulta a órgãos públicos e a análise e o julgamento das contestações apresentadas pelos interessados, será feita a demarcação e a titulação do território quilombola, com a outorga do título coletivo e pró-indiviso, em nome da associação comunitária. Os títulos das terras são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

Comunidade quilombola Cambará (RS) comemora decreto presidencial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/11/2015

Decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff na última sexta-feira (20), declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Cambará, localizado às margens da BR- 290 no município de Cachoeira do Sul (RS).

O decreto autoriza o Incra avaliar as áreas inseridas no perímetro de 570,3 hectares, delimitado como território quilombola. Cada propriedade particular pertencente a não quilombola será vistoriada por técnicos do Instituto, a fim de apurar o tamanho exato do imóvel e as benfeitorias para definição do valor da indenização a ser paga.

A indenização se baseia em preço de mercado e ocorre em dinheiro, pagando-se o valor da terra nua e das benfeitorias para os títulos válidos e apenas das benfeitorias no caso de títulos inválidos ou área de domínio sem título correspondente.

Devem ser ajuizadas ações para desapropriar sete imóveis, com nove proprietários inseridos no território de Cambará. Após o ajuizamento das ações desapropriatórias, os proprietários têm assegurado o amplo direito ao contraditório, como determina a legislação.

Por decisão da comunidade, conforme documento anexado no processo aberto no Incra, agricultores familiares não-quilombolas que residem e exploram diretamente as pequenas propriedades não serão desapropriados.

“Apesar do racismo que ainda existe em toda a sociedade, a maioria desses agricultores chegou no local na mesma condição de vulnerabilidade social que nós. São descendentes de alemães que se estabeleceram e consolidaram uma história de vida”, explica um dos integrantes da comunidade quilombola, Márcio Lopes da Silva.

Segundo ele, a comunidade compreende a situação dos agricultores que possuem pequenos espaços para a agricultura de subsistência. “Somos dotados do sentimento de relação que mantivemos durante todos esses anos”.

O Decreto de Desapropriação por Interesse Social antecede a titulação definitiva da comunidade, que ocorre somente após a desintrusão dos não-quilombolas do local.

Celebração

No Dia da Consciência Negra, as 51 famílias que compõem a comunidade de Cambará comemoraram o avanço do processo de regularização fundiária, aberto em 2006 no Incra-RS. “Simbolicamente, representa a continuidade da luta pela inclusão social da comunidade. É mais um passo importante para o desenvolvimento geral da população negra”, afirma Silva, que acompanhou a solenidade de entrega de títulos realizada ontem (19) no Palácio do Planalto, em Brasília.

Para ele, o decreto transmite maior segurança para a comunidade continuar trabalhando na terra. “O que nos mantém sempre foi a agricultura. Alguns se dedicam a atividades nas proximidades porque não têm outra opção, mas todos sempre plantaram feijão, milho e alimentos ou cuidaram de criação de gado e de ovelha para o autossustento”, comenta Silva. Segundo ele, a comunidade planeja ampliar a produção de alimentos para uma escala comercial, agregando renda às famílias quilombolas.

Histórico

O território do quilombo de Cambará formou-se a partir da compra de terras por negros em pleno período escravista (1831 a 1835), com novas aquisições no início do século XX. Estas compras foram identificadas a partir de pesquisa documental e arquivista. A área remonta a parte de uma sesmaria – da Palma, cujos proprietários possuíam escravos. Uma medição da antiga sesmaria realizada em 1888 faz referência às ocupações negras.

As terras foram sendo perdidas em razão da falta de condições para arcar com as medições e encaminhar o reconhecimento das posses e aquisições ainda no século XIX. Outro momento que impactou o território relaciona-se à modernização da agricultura nas décadas de 50 e 60, colaborando para a concentração fundiária na região. As famílias que hoje compõem a comunidade descendem de quatro linhagens: Trindade, Machado, Ramos e Lopes.

Comunidades quilombolas sergipanas recebem novos títulos de propriedade - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/11/2015

As 288 famílias das comunidades quilombolas de Serra da Guia, localizada no município de Poço Redondo, e Lagoa dos Campinhos, em Amparo do São Francisco, comemoraram na última sexta-feira (20), dia da Consciência Negra, a entrega de novos títulos de propriedade para a criação de seus territórios.

Em evento realizado no Palácio do Planalto, em Brasília, representantes das duas comunidades receberam da presidente da República, Dilma Roussef, títulos de quatro propriedades que passam a compor o perímetro dos territórios, assegurando mais um importante avanço na consolidação dessas áreas. “A entrega desses títulos concretiza todo um trabalho realizado pelo Incra para consolidar os territórios e assegurar as condições necessárias para a preservação cultural e o desenvolvimento dessas comunidades. É uma conquista muito importante, que fortalece o nosso trabalho e premia a luta e a esperança das famílias quilombolas de Sergipe”, analisou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe.

Representando a comunidade quilombola de Lagoa do Campinho, Edmílson Santos recebeu em Brasília os três títulos definitivos que garantem a posse definitiva da terra a 89 famílias. “Esta é uma vitória de toda a comunidade. Vamos comemorar o reconhecimento de nossa história e a posse definitiva de nossa terra. O futuro de nossa comunidade está garantido”, disse, durante solenidade no Palácio do Planalto.

Com o primeiro título de propriedade entregue à comunidade de Serra da Guia e outros três, que se somam aos quatro primeiros obtidos nos últimos anos pela comunidade de Lagoa dos Campinhos, Sergipe atinge a marca de 22 títulos de propriedade consolidados para a criação de territórios quilombolas.

Além de Lagoa dos Campinhos e Serra da Guia, também já foram contempladas em Sergipe as comunidades de Mocambo (13 títulos), em Porto da Folha, e Pirangy (1 título), em Capela.

Juntas as comunidades de Serra da Guia e Lagoa dos Campinhos possuem 288 famílias autorreconhecidas como remanescentes de quilombos.

Maloca

O Dia da Consciência Negra em Sergipe também foi marcado por eventos culturais e comemorações em diversas comunidades.

Na capital Aracaju, no único quilombo urbano do estado - a comunidade Maloca, sediada no bairro Getúlio Vargas -, as famílias, que comemoraram a data

acompanhando apresentações de música e dança, aprovaram a prévia do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola, produzida pelo Incra. “Nós temos uma comunidade quase centenária e é mais do que justo esse reconhecimento. Temos certeza de que esse é um grande passo para garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade para a nossa comunidade e para as nossas famílias”, afirmou Luiz Augusto Bonfim dos Santos, presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Maloca.

O documento, peça fundamental para a delimitação da área a ser explorada pela comunidade, seguirá nos próximos meses para publicação no Diário Oficial da União.

Terra: direito de todos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/11/2015

Para dar força ao debate sobre a função social da terra, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, se reuniu nesta terça-feira (24), em Brasília, com um grupo de juristas especializados em Direito Agrário. “Esta é uma reunião histórica. Ao lado dos nossos compromissos práticos, queremos estimular o caráter pedagógico do MDA. A função social da terra é uma questão séria. É um bem público”, afirmou Patrus.

O encontro vai originar o Grupo de Estudos de Direito Agrário que tem o objetivo de reinserir o debate da função social da terra na sociedade e no poder judiciário. “Neste espaço temos o Brasil representado. Estamos aqui para ouvir e implementar esse processo de discussão com o caminho, a metodologia e os eixos vindos de vocês”, destacou o consultor jurídico do ministério, João Paulo de Faria Santos, aos participantes.

Segundo a Constituição Federal, sobre a terra não recai simplesmente um direito individual de propriedade, mas uma dívida social de tarefas fundamentais, expressas no artigo 186. Entre os requisitos da Carta Magna está à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação ambiental.

“Nosso debate tem que diferenciar o ‘direito de’ e o ‘direito à’. Nosso intuito é que todos possam ser donos do território”, ressaltou o ministro.

Para o professor de Direito da Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Lucas Gontijo, o encontro com os juristas é uma oportunidade de fortalecer esse debate. “Temos que abrir um fórum no país sobre o direito à terra, a partir da união com as universidades e intelectuais”, pontuou.

Em 2015, o MDA fomentou algumas discussões sobre essa temática, como a questão do trabalho escravo e a urgente repercussão dele sobre a propriedade; a necessidade da redução de agrotóxicos e o direito fundamental a alimentos saudáveis; e a segurança alimentar como conquista jurídica, inclusive no campo das compras institucionais da agricultura familiar.

“Para nós, esse convite é duplamente mobilizador. Essa chamada se insere em uma grande agenda com foco na questão social da terra. Podemos definir outras questões para nos nortear dentro dessa discussão”, complementou o professor titular de Direito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior.

A expectativa é que o grupo se reúna, novamente, em janeiro de 2016.

Também participaram do encontro: os professores pesquisadores, Jacques Távora Alfonsin, da Unisinos; Gilberto Bercovici, da USP; José Luiz Quadros Magalhães, da UFMG; Jerônimo Treccanni, da UFPA; Carlos Máres, da PUC Paraná; Lucas Gontijo, da PUC Minas Gerais; Cláudio Maia, da UFG; além de Valdez Farias e Junior Fideles, da procuradoria do Incra.

Áreas serão desapropriadas para criação de dois territórios quilombolas no Ceará - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015

A Regularização de Territórios Quilombolas avança no Ceará. Na sexta (20) foram publicados no Diário Oficial da União os Decretos Presidenciais autorizando a desapropriação das áreas inseridas nos territórios quilombolas de Brutos, localizado no município em Tamboril, e de Três Irmãos, no limite entre as cidades Croatá e Ipueiras. Outra comunidade quilombola, a de Sitio Arruda, no município de Araripe, vive a expectativa de ser primeira do estado do Ceará a receber a posse de suas terras.

"Mas foi uma felicidade muito grande", fala com sorriso aberto Antoniza Mateus dos Santos, presidente da associação de Três Irmãos, sobre o decreto assinado pela presidente Dilma Roussef na manhã de quinta (19). Antoniza e Ana da Silva Moreira, da comunidade de Brutos, estiveram em Brasília e receberam cópias dos decretos das mãos da presidente Dilma Roussef.

A comunidade iniciou a luta pela posse de suas terras a partir do resgate histórico de Três Irmãos. "Com o resgate de nossa história começamos a ter um sentimento de liberdade e de prazer em ter nossa cultura reconhecida por todos", disse. Hoje a tradição local permanece viva por meio da educação. Segundo Antoniza, a escola instalada no quintal de sua casa é a primeira considerada quilombola no estado na qual o ensino aborda a cultura afrobrasileira e combate o preconceito. O nome da escola é Luzia Maria da Conceição e homenageia a escrava "Luzia Albano", trazida do Maranhão no século XIX para a Fazenda Angicos, onde seus descendentes se originaram e fixaram morada.

Com o decreto e a titulação a comunidade espera ser beneficiada com melhorias na terra onde vivem, como a construção de casas para as 15 famílias locais. "Eu espero que as nossas vidas melhorem bastante, principalmente em habitação, porque muitas famílias da comunidade ainda vivem em casas de taipa", disse.

Brutos

Em Brutos 76 famílias remanescentes de quilombos serão beneficiados com a regularização de suas terras. Relatos de líderes da comunidade, registrados em estudo antropológico que constatou a presença de remanescentes de quilombos em Brutos, contam sobre a presença de escravos em fazendas de Tamboril que, depois de alforriados, fixaram morada em terras da região, gerando descendentes cujas famílias se misturaram.

A senhora Anastácia Santos da Silva, por exemplo, integra as famílias Silva e Iré, que juntas com as famílias Garcia e Martins Chaves, outras duas tradicionais negras de Tamboril, formaram Brutos. Com 76 anos à época da produção do estudo, Anastácia ainda mantinha guardadas cartas de alforria da avó e da bisavó. “Minha mãe falava que se devia ter muito cuidado, porque a escravidão podia voltar e quem tiver (sic) carta de alforria não vai mais pro cativo, não vai mais ser escravo, já tá liberto”, disse, em depoimento registrado no estudo produzido por antropólogo do Incra/CE. Cópias das cartas estão anexadas no estudo.

Primeira titulada

A comunidade quilombola de Sítio Arruda, no município de Araripe, região do Cariri, pode ser a primeira no estado a receber o título de propriedade de suas terras. A Superintendência Regional do Incra no estado aguarda para este mês de novembro autorização judicial para receber a posse dos dois imóveis para criação definitiva do território. A ação beneficiará 34 famílias remanescentes de quilombo.

Atualmente o Incra possui 32 processos de regularização de territórios quilombolas abertos no estado. Territórios de outras três comunidades já tiveram áreas decretadas pelo Governo Federal, que são: Alto Alegre e Base, nos municípios de Horizonte e Pacajus, e Encantados do Bom Jardim/Lagoa das Pedras - este com áreas já vistoriadas para desapropriação.

Comunidade São Pedro é o primeiro território quilombola regularizado no Espírito Santo– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015

A comunidade quilombola São Pedro foi a primeira a receber o domínio de parte de suas terras no Espírito Santo. A regularização de 38,74 hectares ocorreu com a entrega, no último dia 19, de dois contratos de concessão de direito real de uso (CCDRU), em caráter coletivo. Os documentos foram entregues pela presidente Dilma Rousseff em evento no Palácio do Planalto e asseguram o domínio da área para as famílias remanescentes de antigo quilombo.

No caso específico do território quilombola de São Pedro, a Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo havia recebido, em 21/09, a imissão de posse para regularização da área, localizada nos municípios de Ibirajú, Santa Teresa e Fundão. A entrega dos contratos marcou a Semana da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares.

Histórico

O processo de regularização fundiária foi aberto em 2005, após a comunidade receber a certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. Em uma área de 314 hectares (correspondente a nove imóveis rurais) estão instaladas 43 famílias remanescentes de quilombos. O Incra já ajuizou ações de desapropriação de quatro desses imóveis e aguarda parecer do Instituto de Defesa Agroflorestal do Espírito Santo (Idaf) sobre o domínio de outros cinco.

O primeiro imóvel das ações ajuizadas com imissão de posse ao Incra/ES é o da fazenda Campos Verdes. Trata-se de espaço de importância cultural para a comunidade, pois no local foi construída a Igreja de São Pedro – que tanto nomeia a comunidade quanto compõe a dimensão simbólica desse território quilombola.

A principal atividade produtiva explorada pelos integrantes dessa comunidade é a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais, além do cultivo e colheita de café nas fazendas do entorno da área. Essa comunidade destaca-se também no extrativismo vegetal e por seu conhecimento tradicional nas atividades de caça e pesca.

Incra conquista novo imóvel para a reforma agrária no Alto Sertão Sergipano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2015

O Incra confirmou, na última quinta-feira (19), a conquista de mais um imóvel para a criação de um novo projeto de assentamento no Alto Sertão Sergipano. Localizada no município de Canindé do São Francisco - distante cerca de 220 Km da capital Aracaju -, a Fazenda São Paulo dará lugar a um projeto de assentamento com capacidade para abrigar a 15 famílias.

“O Alto Sertão Sergipano é um território em que a reforma agrária se faz muito presente, transformando a economia dos municípios e a vida de milhares de famílias. A conquista da Fazenda São Paulo fortalece esse processo histórico de desconcentração fundiária e aponta para a continuidade de um processo de avanços sociais que vem se intensificando nessa última década”, analisou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe.

Vistoriado pela autarquia federal em junho de 2009 e classificado como improdutivo, o imóvel, com área de 400 hectares, será incluído nas ações do Plano de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (PDI São Francisco).

O Plano, elaborado pela Presidência do Incra, pretende integrar políticas públicas executadas por diversas instituições, para promover o desenvolvimento de áreas de reforma agrária inseridas nas regiões do Baixo e Sub-Médio São Francisco.

A Fazenda São Paulo é o sexto imóvel obtido pelo Incra/SE somente em 2015. Somadas, essas áreas conquistadas pela Superintendência sergipana da autarquia possuem capacidade para o assentamento de cerca de 500 famílias.

Fazenda Senhor do Bonfim

Além da obtenção da Fazenda São Paulo, a última semana marcou também a conquista de mais um imóvel para a implantação de territórios quilombolas em Sergipe.

A Fazenda Senhor do Bonfim, no município de Poço Redondo (distante cerca de 140 Km de Aracaju), também no Alto Sertão Sergipano, teve sua posse imitada em favor da autarquia federal na última quarta-feira (18). O imóvel, com área de 67,8 hectares, é o terceiro obtido pelo Incra, visando à criação do território quilombola da comunidade Serra da Guia.

Com essa conquista, a autarquia concretiza a entrega de cerca de mil hectares para a comunidade. Ao todo, o perímetro delimitado para a implantação do território de Serra da Guia ocupa uma área de nove mil hectares.

Regularização fundiária da Fazenda Perseverança (RS) avança com vistoria ocupacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/11/2015

Uma equipe de oito técnicos da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul esteve, na semana passada, na antiga Fazenda Perseverança, em São Francisco de Assis (RS), para realizar vistoria ocupacional dos lotes. São 2,9 mil hectares onde 126 famílias aguardam, por décadas, o título da terra.

A atuação do Incra/RS na regularização da área é importante porque ela resulta de um conflito na década de 50 do século 20, quando o então proprietário de parte do imóvel (outra parcela era concessão da União para exploração) faleceu, e os colonos que lá trabalhavam em regime de parceria sofreram com as tentativas de despejo por parte dos herdeiros. “Naquele tempo, tinha muito comentário sobre a terra, que não era dele”, lembra o agricultor Antônio Comis, de 87 anos.

Os repasses da produção dos colonos cessaram e os herdeiros da família Leitão ajuizaram, em 1956, uma ação pedindo o sequestro da produção das famílias. “Para nós foi um fim de mundo na época”, recorda Antonio Batista Naressi, de 59 anos. “Escorraçaram os colonos. Sequestravam qualquer pé de batata”. Também criança naquela época, José Amadeu Fogliato, de 69 anos, lembra bem o sofrimento das famílias. “Não era brinquedo o que eles tiravam... Eles iam nas tuias [vasilha de armazenamento de grãos], nos galpões, limpavam tudo. Se tinha um pacote de farinha, eles levavam. Não deixavam nada, nada, dentro de casa. Daí tivemos que sair, que acampar para fora. Nós passamos trabalho”.

As estratégias eram procurar ajuda e ganhar tempo. Quando avisados da presença de oficiais de justiça, por exemplo, barreiras eram armadas no caminho até a Perseverança, permitindo que os colonos pudessem se organizar. “Nós fugimos do juiz, para ele não nos pegar. Senão a gente ia preso”, recorda Comis. As famílias procuraram um advogado e uma comitiva esteve até no Palácio Piratini, sede do Governo Estadual, com o então governador Leonel Brizola para pedir auxílio.

Em 1966, havia uma ordem de despejo contra as famílias. A disputa já tinha mais de dez anos e recrudescia, quando a Igreja intercedeu. O bispo de Uruguaiana, Dom Augusto Petró, foi a Brasília em busca de uma solução, que veio com a desapropriação da área em 1968.

Processo

Uma primeira medição dos lotes foi feita pelo Incra no fim da década de 70, mas o processo parou. A área passou por nova medição e foi demarcada em 2013, resultando em 145 lotes de ocupantes, uma área comunitária, outra para igreja e uma de reserva. De lá para cá, o Incra editou, em 2014, uma Instrução Normativa (a de número 80)

especialmente para situações como esta, definindo procedimentos para legitimação das posses.

Na vistoria da semana passada, realizada em cada lote já demarcado, verificou-se a manutenção do vínculo dos ocupantes cadastrados com a área, e já foi providenciada a assinatura de requerimento e de declaração de enquadramento aos critérios da IN-80.

Pela normativa, só podem ter a posse legitimada os ocupante de áreas inferiores a 100 hectares, que não sejam proprietários de outro imóvel rural em data anterior à posse da área a ser legitimada, que não tenham sido beneficiados pelo programa Nacional de Reforma Agrária, que comprovem moradia habitual, cultura efetiva e ocupação efetiva da área por um prazo mínimo de um ano, que não exerça cargo público no Incra, na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou órgãos estaduais de terras.

Esta é a última etapa necessária para a abertura de processos individuais, que resultará na emissão dos títulos. Para o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/RS, Luís Renato Jasniewicz, a tarefa é muito importante. "Permite que aqueles que estão lá há décadas, ou mesmo que nasceram na área, tenham seu documento da terra, com direitos reais".

Desenvolvimento territorial e reforma agrária é tema de palestra em fórum internacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/11/2015

A presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, participou na última quarta-feira (25) do X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, em Salvador (BA). Durante o evento, ela ministrou palestra intitulada “Novos Olhares para o Desenvolvimento Coeso e Sustentável”, na qual destacou a importância da abordagem territorial nas políticas públicas aplicadas à reforma agrária.

Na oportunidade, Maria Lúcia Falcón citou as diretrizes da autarquia para o desenvolvimento dos assentamentos, com a inserção dos agricultores familiares em cadeias produtivas, apoio ao cooperativismo e à agroindustrialização, incentivo à formação e à qualificação dos beneficiários da política de reforma agrária.

Ela abordou, também, a necessidade de convergência de políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. “É preciso uma união forte com os estados. Não basta colocar as pessoas na terra”, observou.

A presidente frisou que a visão pública atual é setorializada e verticalizada sem considerar o território e que o foco da reforma agrária deve estar no conjunto de famílias e no território. Essa análise de conjuntura territorial foi exemplificada por ela ao lembrar o cruzamento de dados feito entre assentamentos no Pará e número de hospitais próximos. “No Pará, o acesso a um hospital mais próximo demora em média 12 horas”, pontuou, afirmando que é necessário considerar as relações entre o campo e a cidade no planejamento das áreas de reforma agrária.

O acesso à terra deve acontecer com a convergência territorial do conhecimento, do fomento, do cooperativismo e da agroindustrialização, destacou Maria Lúcia Falcón.

Diante disso, afirmou que a produção da agricultura familiar não pode parar no setor primário, sendo necessário agregar valor por meio da prestação de serviços – como o turismo rural – ou do beneficiamento da produção. “Tem que ter valor agregado para que as gerações futuras participem dessa dinâmica”, acrescentou.

Modernização

Outro ponto abordado na apresentação foi a captação de recursos para investimento nos assentamentos. A presidente do Incra mencionou a carta consulta apresentada ao Fundo Amazônia para suporte de ações voltadas à regularização ambiental e a formação do Fundo de Desenvolvimento Agrário, que contará com recursos advindos da alienação de patrimônio da autarquia e captações de outras instituições, para financiamento de projetos de agroindustrialização.

Segundo relatou, o Incra apresentará outras cartas consulta, a exemplo da que será encaminhada ao Banco Mundial, cujos recursos se destinarão às ações do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea).

As propostas de modernização institucional, com a revisão de normativos e procedimentos, o uso de sensoriamento remoto e a aquisição de veículos aéreos não tripulados (vants) foram outras estratégias citadas durante a palestra.

Ao fazer menção às comunidades quilombolas, cujo processo de regularização fundiária está sob a responsabilidade da autarquia, Maria Lúcia lembrou que são detentoras de um ativo valioso, mas ainda não aproveitado. “A cultura, a história e o modo de viver dessas comunidades é o maior ativo delas”, ressaltou, ao informar que outra carta consulta será elaborada em parceria com o Ministério da Cultura para desenvolvimento de ações de valorização e promoção da cultura e tradições quilombolas.

Promoção

O fórum internacional integrou a programação da Semana Internacional de Desenvolvimento Territorial, promovida de 25 a 28 de novembro pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e governos dos estados da Bahia e do Ceará.

Portaria declara território da comunidade quilombola Arvinha (RS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015

Foi publicada pelo Incra no Diário Oficial desta segunda-feira (30) a Portaria nº 659, que declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Arvinha a área de 388,7 hectares situada nos municípios de Coxilha e Sertão (RS). Esta é uma etapa avançada no processo de regularização do território quilombola. A próxima ação é um decreto presidencial autorizando a desapropriação de imóveis dentro dos limites que foram hoje declarados. Os procedimentos levarão à titulação da área em nome da comunidade – um título que não pode ser dividido nem vendido.

O processo foi aberto em 2005 e o Relatório Técnico Identificação e Delimitação (RTID) do território, com todos os levantamentos e estudos realizados, foi publicado em 2009. O laudo antropológico foi elaborado por uma equipe da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS), contratada pela Fundação Cultural Palmares e pela Secretaria Estadual de Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, tendo sido complementado pelo setor de regularização de territórios quilombolas do Incra/RS.

A comunidade tem sua origem na escrava Cezarina Miranda, que teve cinco filhos com seu “sinhô”, o coronel Francisco de Barros Miranda (na época, era comum os escravos receberem o sobrenome da família onde trabalhavam). Os estudos apuraram que em 1889 o coronel vendeu 77 hectares a Cezarina, como forma de garantir o sustento dos filhos sem reconhecer a paternidade.

O inventário de Cezarina aponta esta compra de terras. O nome da comunidade vem de referências geográficas: o local era rota de tropeiros, servindo para descanso. Em uma das invernações, uma nova árvore – Arvinha – teria brotado de um tronco do curral.

A comunidade, formada por 36 famílias, tem relações de parentesco com o quilombo de Mormaça, também no município de Sertão. Esta é a 10ª portaria declarando território quilombola no estado. Das outras nove, quatro comunidades já concluíram seus processos e possuem títulos das áreas: Casca (em Mostardas, título parcial), Martimianos (Restinga Seca, título parcial), Família Silva (Porto Alegre, título parcial) e Chácara das Rosas (Canoas).

Território Quilombola de Capão das Gamelas (BA) tem portaria de reconhecimento publicada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015

O Território Quilombola de Capão das Gamelas, localizado no município baiano de Seabra, na Chapada Diamantina, teve a portaria de reconhecimento publicada pelo Incra no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (30). A comunidade tem 60 famílias remanescentes de quilombos que vivem numa área de 1,3 mil hectares.

A portaria de reconhecimento consolida o território como remanescente de quilombo e dá legitimidade ao conteúdo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área.

Capão das Gamelas faz divisa com outras comunidades quilombolas e com o Território Quilombola do Agreste, que também teve portaria de reconhecimento publicada pelo Incra.

História

O relatório do Capão das Gamelas identificou que a área começou a ser ocupada no século 18 e indicou uma família inicial com seis gerações nascidas no local.

Dentre as lembranças relatadas que marcaram a comunidade estão os trabalhos, no século 19, nas “Lavras Diamantinas” – explorações de pedras preciosas que marcaram a região da Chapada Diamantina.

As memórias dos quilombolas também se focam nas primeiras décadas do século 20, marcadas por uma intensa seca e pela passagem de “revoltosos” por Seabra. De acordo

com o RTID, alguns atribuem “os revoltosos” à passagem da Coluna Prestes, outros acreditam que se tratava de grupos de bandoleiros.

O próximo passo no processo conduzido pelo Incra corresponde à regularização fundiária, com a demarcação do território e a desintrusão de ocupantes não quilombolas. As áreas em posse de particulares serão desapropriadas com pagamento de indenização em dinheiro e aquelas em posse de entes públicos serão tituladas pelas respectivas instituições. A etapa final é a concessão do título de propriedade coletivo em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis.

Quilombo do Cafundó (SP) comemora posse de mais duas áreas de seu território – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015

A comunidade quilombola do Cafundó, localizada no município de Salto de Pirapora (SP), comemorou mais uma conquista rumo à titulação definitiva de seu território na última quinta-feira (26), ao som de tambores e com plantio de mudas de baobá. A cerimônia festiva ocorreu para marcar o recebimento do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), entregue em mãos a integrantes da comunidade pela presidenta Dilma Rousseff no último dia 19, em Brasília (DF). Representantes do Incra, da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), da Fundação Cultural Palmares, da Fundação Instituto de Terras de São Paulo, além de órgãos do poder público local participaram da atividade.

O presidente da Associação Remanescente do Quilombo Kimbundu do Cafundó, Marcos Norberto de Almeida, e outros moradores da comunidade, como Jovenil Rosa e Regina Aparecida Pereira, reforçaram a marca da resistência ao longo da história do Cafundó. “Devemos muito aos nossos ancestrais, como dona Ifigênia, e tantos outros que nos legaram exemplos de luta e companheirismo. Apesar das muitas dificuldades, das decepções, estamos cada vez mais próximos de conquistar nossa terra. Vamos nos manter unidos para a luta que ainda continua”, afirmou Regina.

Na oportunidade, ela agradeceu a presença de pesquisadores e outros apoiadores que com suas teses e documentários vêm difundindo o legado da comunidade, conhecida como um pedaço do passado no coração de São Paulo. “Foi bom não termos desistido, muitos não acreditavam que conseguiríamos”, comentou Marcos Norberto de Almeida, ao citar a necessidade de programar ações para o desenvolvimento do Cafundó.

O superintendente regional do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, esclareceu que o CCDRU é um documento emitido pelo Incra que garante à comunidade a posse do imóvel até a homologação da decisão judicial para a titulação definitiva do território. “É um instrumento importante para que as comunidades quilombolas possam acessar suas terras e usá-las com segurança para moradia, atividades produtivas e de lazer”, informou.

No caso do Cafundó, a concessão refere-se a duas glebas do Quilombo Cafundó – a Gleba A, com área de 19,4 hectares (onde moram os quilombolas) e a Gleba C, com área de 32,2 hectares. A maior gleba, a ‘D’, com área de 122 hectares, foi desapropriada pelo Incra em 2012 e também já está em posse da comunidade. A área total do território, reconhecido por portaria de 2006, é de 218 hectares.

“Graças ao empenho do Incra, especialmente da equipe do setor de regularização de territórios quilombolas, toda a área está desinstrusada, ou seja, não há mais moradores não-quilombolas no Cafundó”, lembrou o superintendente. Segundo ele, a regularização dessas terras vem trazendo segurança jurídica e a perspectiva de desenvolvimento para a comunidade, após décadas de lutas, conforme determina a Constituição de 1988, que garantiu o direito das comunidades quilombolas à titulação de suas terras.

O plantio de três mudas de baobá em cada uma das glebas que já se encontram sob a posse da comunidade marcou a reconquista das terras. “Que esses baobás tragam a força da nossa ancestralidade e da nossa conexão com a terra. Em muitas aldeias africanas diziam que os colonizadores podiam tirar as pessoas da terra, mas não os baobás. É um símbolo da importância das nossas raízes e da luta pelos nossos territórios”, afirmou o professor T.C. Silva, da Rede Mocambos, que presenteou a Associação Kimbundu com as mudas e um livro sobre os baobás.

Histórico

A pequena comunidade quilombola do Cafundó ficou famosa por ter sobrevivido como um pedaço do passado no coração de São Paulo. Localizado a apenas 125 quilômetros da capital do estado, o Cafundó ainda possui falantes de uma língua própria, a cupópia, variante linguística do bantu. As terras originárias da comunidade foram sendo cercadas, ameaçadas pela especulação imobiliária, tomadas por pastagens e até mesmo por um porto de extração de areia. As atuais 28 famílias da comunidade só conseguiram permanecer em suas terras por conta de uma ação de usucapião, movida por uma antiga liderança, Otávio Caetano, em 1972.

Impedidos de exercer seus modos tradicionais de produção, os cafundoenses se viram relegados a precárias condições de vida e sujeitos à violência dos novos posseiros, situação que foi sendo revertida com as ações de regularização fundiária que vão permitir à comunidade assegurar seu território. O processo foi iniciado com o relatório técnico/antropológico produzido pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) em 1999 e teve continuidade com a edição do Decreto nº 4.887/2003 que delegou ao Incra a atribuição de promover a regularização dos territórios quilombolas.

Em 10 anos, Brasil demarcou 96 mil hectares de terras quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015

Entre os montes da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, pequenas casas formam uma vila humilde com estrada de chão, campinho de futebol e casas sem reboco. O Sítio Histórico Kalunga, que tem território nas cidades de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, fica a, aproximadamente, 540 km da capital goiana.

Resquíio dos quilombos, o povoado de descendentes dos escravos negros Kalunga é uma das comunidades que teve sua história preservada pela demarcação dos territórios remanescentes de quilombolas pelo Governo Federal.

Nos últimos dez anos, foram regularizados mais 96 mil hectares de território histórico quilombola – o equivalente a 96 mil campos de futebol, ou quase três vezes a área da

cidade de Belo Horizonte. Os títulos expedidos beneficiaram 4.605 famílias em 75 comunidades diferentes.

Desde 2003, pelo Decreto nº 4.887, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a responsabilidade de identificar, delimitar, demarcar e titular este tipo de território.

O Incra é responsável por fazer estudos antropológicos, delimitação de áreas e abrir espaço para contestações de interessados. Caso o território se encontre em terras particulares, o decreto da Presidência da República declara a área como de interesse social e os particulares são indenizados. De 2011 a 2015, foram 32 decretos de desapropriação de 88,2 mil hectares, favorecendo mais de quatro mil famílias.

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano observa que a política de demarcação pelo governo brasileiro é relativamente nova, mas já tem bons resultados. “Além de ser recente, é uma das políticas mais complexas do ponto de vista da garantia de direito territorial no Brasil. Se considerarmos isso, fizemos muitos avanços”, diz.

Para Torsiano, o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com essa população e, agora, com as demarcações de terra, começa a repará-la. “Todos nós sabemos que os ancestrais desses povos foram as pessoas que carregaram o desenvolvimento do País em todo o processo de colonização – e carregam até hoje. Nada mais justo do que garantir o direito histórico à terra dessas comunidades.”

“Lutamos por isso há muito tempo”

Em sua casa em Cavalcante, o presidente da Associação Quilombola Kalunga no município goiano, Paulo Coutinho de Deus, enxerga os títulos como uma vitória. “Temos fazendas que já foram pagas e entregues à Associação para o nosso uso comunitário. Lutamos por isso há muito tempo.”

Mas é Sirilo dos Santos Rosa, de 61 anos, conhecido em Kalunga como Seu Sirilo, quem melhor define como a regularização das terras é importante para a comunidade. “O título é um porta voz para que nós possamos ter confiança de que a terra é nossa. É de grande importância. A gente não quer terra para comercializar, mas para trabalhar, plantar, morar, criar”, diz.

Ele explica que toda a terra da comunidade é de uso coletivo justamente para manter o caráter histórico. “Nós descobrimos muitos direitos nos últimos anos e corremos atrás para resgatar nosso território. É uma terra que não tem direito à venda, é para o uso de todo mundo e garantia para as futuras gerações.”

Atualmente, a comunidade tem um território titulado, mas ainda há regiões em processo de regularização, como o Povoado do Engenho II, onde Seu Sirilo é líder comunitário. Os moradores estimam que, com os títulos dos outros 10 mil hectares que ainda restam para regularizar, cerca de 1.200 famílias terão direito às terras remanescentes de quilombolas.

Entenda a regularização de terras quilombolas

O processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas é dividido em cinco etapas. Em primeiro lugar, as comunidades com certificado de autodeclaração da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, abrem o processo em uma das 30 superintendências regionais do Inca espalhados pelo País – dessas, 27 possuem, atualmente, demandas para demarcação de territórios quilombolas.

O segundo passo é o estudo antropológico da região, que identifica e caracteriza a relação histórica e étnica da comunidade com aquela localidade. Os estudos são feitos pelo Inca e identificam e delimitam o tamanho do território e são compilados no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com levantamentos fundiários, cadastro das famílias e levantamento cartográfico.

“Não é um processo de simples de desapropriação, como se fosse um processo de esbulho promovido pelo Estado. O que há é um reconhecimento de uma dívida histórica do Estado brasileiro, sendo reparada nesse momento, para garantir direito a essas comunidades.”

Na terceira etapa, há um prazo para recebimento de eventuais contestações de interessados particulares ou outros órgãos governamentais a serem recebidas pelo próprio Instituto. Depois de analisadas, se forem improcedentes, a presidência do Inca publica portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola.

Caso a terra delimitada tenha algum território particular, a Presidência da República decreta as terras como sendo de interesse social, na penúltima etapa do processo. O Inca é responsável por avaliar o terreno e as benfeitorias para posterior indenização.

"Como estamos lidando com reconhecimento de direito, temos que garantir o direito do contraditório e de ampla defesa. Nesta etapa, os proprietários podem contestar na justiça e apresentar sua defesa", explica o diretor.

A última etapa da regularização das terras é a emissão do título. O título é coletivo e em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa